

Territórios quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades**Quilombola territories in Ceará: education, historical process and identities**

DOI:10.34117/bjdv5n6-103

Recebimento dos originais: 28/03/2019

Aceitação para publicação: 23/04/2019

Ivan Costa Lima

Professor doutor pela Universidade Federal do Ceará – UFC

Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab – Ceará

Endereço: Rua Gal Onofre, 281 – ap. 106 – Mondubim – Fortaleza – CE – CEP: 60762-170
E-mail: dofonosc@gmail.com**David da Silva**

Bacharel em Humanidades e graduando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab – Ceará.

Endereço: Rua Doca Rego, n. 2015 – Bairro: Centro – Acarape – Ceará. CEP: 62785-000
E-mail: davsilva28@gmail.com**RESUMO**

O estudo, em andamento na Unilab no Ceará, objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que passam pelo processo de certificação, demarcação e titularização empreendidas por órgãos federais, tendo em vista o reconhecimento de sua existência por todo o país. Políticas que nos levam a problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado, suas relações com a educação, a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais. Pretende-se ampliar as formas como a vida quilombola se articula com a luta em defesa do território, modos de vida e as lutas socioambientais, possibilitando subsidiar as políticas públicas voltadas para esta população, em especial a educação quilombola. Para tanto, para alcançar este conhecimento metodologicamente utilizaremos da pesquisa participante (BRANDÃO, 1999) e da história oral (MORAES 1999) para captar as dinâmicas utilizadas por estes sujeitos, através da utilização do registro audiovisual de suas participações dentro e fora das comunidades. Apontamos existir pesquisas acadêmicas sobre as comunidades quilombolas e de materiais elaborados pelas próprias comunidades como relatórios, participações em eventos políticos e sociais. Em termos oficiais pode-se encontrar dados sobre as comunidades quilombolas no Ceará de um lado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que realiza o mapeamento das comunidades quilombolas cearenses. De outro lado, há também o acompanhamento da Ceppir (Coordenadoria de Igualdade Racial do estado do Ceará), espaço de discussão sobre políticas públicas para a efetivação dos processos de certificação e da educação quilombola no Ceará. Em termos de movimento social tem-se a que parte das comunidades quilombolas estão organizadas em torno da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade a CERQUICE

reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas. No Ceará a Fundação Palmares, de acordo com a portaria 268/2017 de 02/10/2017, registra a certificação de 49 comunidades no estado, sendo que a data de abertura do primeiro processo é de 2004, no município de Tururu da comunidade de Água Preta, no norte do Ceará. Com isso, construir conhecimentos que contribuam em dar visibilidade a população negra nesta região, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com o reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, suas histórias, memórias, formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

Palavras-chave: Territorialidade quilombola; Povos tradicionais; Negros no Ceará; identidade negra

ABSTRACT

The study, which is being carried out at Unilab in Ceará, aims to investigate the quilombola territories in Ceará that go through the process of certification, demarcation and securitization undertaken by federal agencies, in order to recognize their existence throughout the country. Policies that lead us to problematize the situation of the black population in the region, producing knowledge about the paths drawn by quilombola communities in the implementation of racial equality in the state, their relations with education, culture and the challenge in their affirmations as communities and traditional people. It is intended to broaden the way quilombola life is articulated with the struggle in defense of the territory, ways of life and socio-environmental struggles, making it possible to subsidize public policies aimed at this population, especially quilombola education. In order to reach this knowledge methodologically, we will use the participant research (BRANDÃO, 1999) and oral history (MORAES 1999) to capture the dynamics used by these subjects, through the use of the audiovisual record of their participation inside and outside the communities. We suggest that there is academic research on quilombola communities and materials developed by the communities themselves, such as reports, participation in political and social events. In official terms one can find data on the quilombola communities in Ceará on the one hand by the Department of Agrarian Development (SDA), which carries out the mapping of the Quilombola communities of Ceará. On the other hand, there is also the follow-up of Ceppir (Coordination of Racial Equality in the state of Ceará), a space for discussion about public policies for the implementation of quilombola certification and education processes in Ceará. In terms of social movement, we can see that part of the Quilombola communities are organized around the State Commission of Quilombola Rural Communities of Ceará (CERQUICE) created in 2005, which has accompanied the Quilombola communities by the State. Currently CERQUICE recognizes the existence of 70 quilombola communities, of which not all are certified. In the state of Ceará, the Palmares Foundation, in accordance with ordinance 268/2017 of 02/10/2017, registers the certification of 49 communities in the state, with the opening date of the first process being 2004, in the municipality of Tururu of the community of Água Preta, in the north of Ceará. With this, to build knowledge that contribute to give visibility to the black population in this region, subsidizing the university and the comprehensive society with the recognition of the communities from the state of Ceará, their histories, memories, ways of acting and thinking about race relations within Brazilian Education.

Keywords: Quilombola territoriality; Traditional peoples; Blacks in Ceará; black identity

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos no Brasil, a partir de direitos conquistados com o advento da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas têm reivindicado o reconhecimento de sua forma tradicional de viver em seus territórios. Tais comunidades buscam o cumprimento do preceito legal, que determina que aquelas que estejam ocupando suas terras, cabe ao Estado a propriedade definitiva dos seus territórios.

No entanto, apenas no século XXI é que se tem evidenciado políticas públicas de efetivação, que tem levado a certificação propugnada pela legislação, no entanto, muito poucos processos de demarcação e titularização destas áreas tem acontecido pelo Brasil. Muito em função das dificuldades políticas e sociais que as comunidades quilombolas enfrentam na manutenção de sua identidade e defesa de seus modos de vida.

No estado do Ceará não é diferente, temos no decorrer dos últimos dois anos acompanhado as lutas destas comunidades na região, como integrantes do Conselho de Igualdade Racial do Ceará, e como apoiador de comunidades na luta por reconhecimento social e cultural. O que se percebe é o pouco conhecimento dos processos históricos e sociais que levam ao reconhecimento destas comunidades quilombolas e, por conseguinte a falta de políticas públicas, como por exemplo a implementação da educação quilombola.

Assim, busca-se discutir no âmbito educacional elementos que ampliem a visibilidade destas comunidades, levando-se em conta suas formas de viver e agir como descendentes de africanos no Brasil, traduzidos pela legislação federal que vai da demarcação a educação diferenciada nas comunidades.

A pesquisa, em desenvolvimento, se situa no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, Pibic-Unilab/CNPq (Edital PROPPG 03-2017), vinculado ao Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, vinculado a linha de pesquisa “Pedagogias das Relações Étnico-Raciais: territórios, religiosidades e intelectualidades”, credenciado junto ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

O estudo objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação, demarcação e titularização, tendo em vista as poucas pesquisas desenvolvidas na região. Assim, é necessário problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado, suas relações com a educação,

a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais (NASCIMENTO, 2013).

A problemática gira em torno do questionamento de como se expressam a dinâmica social e cultural das comunidades quilombolas no Ceará, que passam por um processo de certificação, demarcação e titularização? Que elementos históricos, sociais e culturais reafirmam suas identidades quilombolas em seus territórios, as lutas socioambientais como uma contribuição a Educação brasileira?

O estudo busca empreender respostas as demandas de construção de conhecimentos sobre a participação destas comunidades negras na constituição das estruturas sociais, culturais e políticas no Brasil, desfazendo-se o processo de invisibilidade da população negra dentro do estado do Ceará. Como também problematizar o modelo de desenvolvimento dominante que causa impactos sistemáticos nas comunidades e povos tradicionais, causando o que se tem chamado de racismo ambiental (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004), por recair sobre os territórios dos grupos étnicos e raciais. Isto significa, na atual conjuntura, que compete à educação contribuir em romper com esses resquícios de não se considerar os conhecimentos promovidos na forma de organização dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados as culturas de base africana. Contudo, apesar de vivermos em um país excludente, a população negra não vivencia essa exclusão de maneira passiva.

Ao longo da nossa história, registraram-se vários eventos que delinearão a luta da população negra presente na construção de alternativas de resistência econômica, política e cultural, como é o caso das lutas quilombolas (CUNHA, 2011). Também se incluem iniciativas no campo da educação, como por exemplo, as proposições pedagógicas do movimento negro, como interétnicas ou multirraciais, cujo foco tem sido o combate ao racismo na educação (LIMA, 2017, 2009).

No mundo da política, tem-se assunção do estatuto da igualdade racial, cotas e a obrigatoriedade de estudos sobre história e cultura africana e afro-brasileira como políticas públicas destinadas a esta categoria, e da organização que se faz necessária à população negra como um todo.

Em 2008, com objetivo de se estabelecer metas e responsabilidades para a implementação das Diretrizes, aprovou-se o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais, resultado de fóruns regionais de discussão e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Entre as ações principais definidas ao ensino superior, destaca-se a adoção de políticas de ação afirmativa, a inclusão de conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente articuladas à pesquisa e à extensão de acordo com as características das Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2008, p. 54).

Em síntese, atribui-se às Universidades responsabilidades fundamentais para a construção do processo de educação das relações étnico-raciais previsto nas Diretrizes Nacionais que exigem mudanças profundas nas instituições de ensino superior. Assim, espera-se mudanças significativas nos processos de ensino-aprendizagem e nos conteúdos educacionais que dizem respeito à população negra no Ceará, cuja cultura expressa uma dinâmica que tem como potencial a ação humana, esta por sua vez transformadora das relações coma a natureza, com sua própria comunidade e com outras.

A partir destas atuações e tendo como foco a população negra cearense, pretendem-se situar os diferentes sujeitos, considerando o contexto histórico, suas origens e as relações sociais que se estabeleceram em suas trajetórias. As fontes orais trazem importantes contribuições na produção acadêmica (ALBERTI, FERNANDES, FERREIRA, 2000). Pois as fontes da história não se resumem apenas documentos escritos, mas também ao estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que documentos escritos, mas também no estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que dá autenticidade à história do presente.

Articulado a esta matriz inicial pretende-se desenvolver outros referenciais metodológicos para apreender as formas organizativas da população negra na região, especialmente, a pesquisa participante, que tem sido teorizada como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares, como tentativa de avançar a partir da ciência tal conhecimento, "de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios" (BRANDÃO, 1999, p. 10).

Desta forma, articula-se como método a realização de diferentes modalidades para a pesquisa científica, como entrevistas semiestruturadas, para compreender as formas como os quilombolas lidam com a história e a cultura negra, como se organizam diante as demonstrações de preconceito e com o desconhecimento da sociedade em torno deste tema.

Da mesma forma, proceder investigações nos lugares de participação desses sujeitos sociais, tendo como técnicas filmagem e registro fotográfico, ou seja, captar o momento presente, revelando a diversidade, que envolve as práticas culturais dos quilombos no Ceará.

2 QUILOMBOS NO CEARÁ: HISTÓRIA E ATUALIDADE

A compreensão histórica dos quilombos no Ceará, no dizer de Dantas (2011) é algo que, além de compor uma parcela da dívida histórica com africanos e afrodescendentes, também nos remete a conhecer melhor a história da formação e construção deste estado, reconhecendo identidades ainda subjugadas nos livros escolares. Compreende-se haver nas comunidades quilombolas uma afirmação suas identidades e ligação com as matrizes africanas no Brasil (CUNHA JUNIOR, et. Al, 2006), e é nesse sentido, que podemos entender que ao longo da história de formação da sociedade brasileira ocorreu a tentativa de submissão destas comunidades em relações de extrema desigualdade de poder/saber/dominação.

Estes sujeitos são submetidos a um processo de sociabilidade que destrói seus modos de pensar e se pensar no mundo, ou seja, uma relação onde há troca entre culturas na qual a sua acaba desprivilegiada. O não reconhecimento de suas sua cultura, identidade e memória, impulsionam ao não reconhecimento destes como detentores de história, de produção intelectual e, por consequência, destituídos de cultura. No entanto, as lutas travadas pelas comunidades quilombolas buscam afirmar seu pertencimento e identidade negra, afirmando a necessidade de afirmação de seu território como elemento fundamental a perpetuação de seus modos de vida.

É importante se ressaltar que discutimos como conceito significativo para as comunidades quilombolas o conceito de territorialidade, se contrapondo à dimensão de apenas do acesso à terra. Neste sentido, o território é visto como uma dimensão territorial, social, política e cultural como elementos necessários a sua reprodução como comunidades quilombolas. Para Malcher (2017, p. 60)

A territorialidade quilombola transpõem a dimensão geométrica e constrói o direito das comunidades negras rurais de nela estar e nela permanecer, manifestada na luta pela permanência no território, que neste caso, é uma conformação territorial protagonizada por coletividades autônomas, mesmo que não usando essa nomenclatura, cultivam uma territorialidade específica em relação às demais territorialidade dos povos e populações tradicionais.

Conforme aponta Nascimento (2013), nas comunidades quilombolas, além do questionamento das formas de desenvolvimento que chega, tem-se conflitos socioambientais. Assim os conflitos ambientais vêm se transformando em conflitos socioambientais, pois “[...] a dimensão ambiental não pode ser separada da dimensão social e cultural”, esta consideração contribui para afirmar toda uma relação de existência que se dá a partir dos elementos disponíveis no território, como aquele responsável pela manutenção da vida dos grupos sociais nas diferentes regiões do Brasil

No Ceará para compreender e conhecer os quilombos é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que incluem: emigração da zona rural para urbana ou suburbana, as fugas com ocupação de terras geralmente isoladas e desocupadas, heranças, doações, recebimento de terras como formas de pagamentos de serviços prestados ao Estado (DANTAS, 2011, p.264).

Como sugere Calaça (2011) as comunidades quilombolas fazem parte de lutas pelo direito à terra e ao patrimônio cultural, e se encontram fora dos processos educativos na constituição do Ceará. Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro. Isto implica que a comunidade antes excluída tem o dever de se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de uma educação de fato inclusiva e democrática.

Nesse sentido, Gomes (2012) é bastante enfática, apontando que ser negro é tornar-se negro e que o conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presentes na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática. Se observarmos o passado recente podemos perceber várias denúncias relacionadas à precarização da escolarização da população negra brasileira.

Dentre estas poderíamos citar as inúmeras produções acadêmicas que versam sobre os problemas educacionais desta categoria, além dos relatórios resultantes dos encontros do movimento negro - principal interlocutor para a execução da política pública em questão - que dão ênfase especial aos problemas da educação, e sobre tudo os depoimentos de militantes que historicamente combatem a discriminação racial em nossa sociedade, falando do significado da educação para si e para a população negra em geral.

Dentro desta concepção que se começa a discutir a educação quilombola, como possibilidade de introduzir seus saberes e formas de viver, que se articulam com um legado africano. Portanto, as reflexões anteriores convidam os estudantes da Unilab a repensar a sua prática pedagógica, que coloca de frente o sistema de ensino brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto de sua comunidade, num breve intervalo de tempo, a necessidade de uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o universo africano, se aproximando dos conhecimentos produzidos pelas comunidades.

Desta forma, compreender a partir dos quilombos cearenses sua cosmovisão, aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos e suas relações com o Continente africano. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos cursos de graduação revela-se cada vez mais urgente a necessidade da promoção de espaços articuladores para essas reflexões, que possibilitariam a elaboração de saberes, pesquisas e transformações na prática docente, em relação ao debate das relações raciais brasileiras. Isso significa, como bem nos lembra Fanon (1997), romper com o estatuto colonial herdado com a escravidão, o extermínio físico, psicológico, simbólico de povos indígenas, bem como dos negros africanos e de seus descendentes. Notadamente, esse modo de ver o mundo está impregnado no campo educacional, exatamente por se compartimentar a ciência em disciplinas isoladas em relação aos problemas da realidade. Neste sentido, a criação da UNILAB tem estreita relação com a História do Brasil, em especial a história afro-brasileira.

Cabe dizer que a UNILAB é uma Instituição que por ter nascido da luta social antirracista, portanto, está comprometida com os ideais de justiça social, tão caros à população negra de nosso país. Dentre as suas muitas atribuições políticas e educacionais da UNILAB para com a construção de uma sociedade não racista e plural, está o debate dentro dos Cursos de Graduação destes parâmetros, no sentido de formar profissionais pautados pelo compromisso de respeitar, valorizar e disseminar os valores e princípios de base africanos e afro-brasileiros.

Para dar conta de pautados pelo compromisso de respeitar, valorizar e disseminar os valores e princípios de base africanos e afro-brasileiros. Para dar conta de tão ousada e urgente proposta educacional, a UNILAB está amparada e compromissada por um lado, em legislações brasileiras educacionais de caráter obrigatório, e por outro, por aportes legais que versam sobre as Finalidades da Educação e dos objetivos relativos à formação descolonizadora e não racista de professores/as.

No âmbito normativo, tem-se a modificação da LDB quando institui a história e a cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino público e privado. Assim como, é importante destacar algumas das orientações das Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnicorraciais, que indicam a necessidade de articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando a formação de professores para a diversidade étnico-racial (BRASIL, 2004, p. 23).

Indica-se, também, a inclusão da discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular de todos os cursos de licenciatura, como de processos de formação continuada de professores, inclusive docentes do ensino superior. Às universidades é atribuída a função de identificação de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e aprendizagens e a disponibilização de materiais e acervos relacionados à temática étnico-racial.

3 ELEMENTOS INICIAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS CEARENSES

Em termos oficiais pode-se encontrar dados sobre as comunidades quilombolas no Ceará de um lado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que realiza, desde 2009, o mapeamento das comunidades quilombolas cearenses. De outro lado, há também o acompanhamento da Ceppir (Coordenadoria de Igualdade Racial do estado do Ceará), que abriu espaço para a constituição do Grupo de trabalho quilombola, como possibilidade de discutir políticas públicas para a efetivação dos processos de certificação e da educação quilombola no Ceará.

Em termos de movimento social tem-se a que parte das comunidades quilombolas estão organizadas em torno da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade a CERQUICE reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas. Já a Fundação Cultural Palmares, órgão do governo federal responsável pela emissão das certificações, tem nos seus registros 46 comunidades, destas todas são certificadas. Por outro lado, temos 5 territórios com decreto presidencial e nenhuma comunidade titularizada pelo governo federal, ou seja, de posse de sua terra e território ancestral.

As 46 comunidades Quilombolas Rurais do Ceará, com certidões emitidas pela Fundação Cultural Palmares, estão distribuídas em 28 municípios. Dando destaque para os

municípios de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza e Quiterianópolis nos Inhamuns, ambos com 5 comunidades certificadas. Outra coisa que chama atenção, é que as comunidades passaram a se auto identificar e a receber as certidões da Fundação Cultural Palmares, como de maioria negra/quilombola, a partir de 2004, ou seja, no século XXI, isto indica a morosidade deste processo.

Temos apenas a Comunidade de Conceição dos Caetanos, em Tururu, que em 1998, deu entrada com o pedido junto a Palmares, ou seja, no século passado, sendo certificada em 2004. Isso demonstra a importância, do Movimento Quilombola do Ceará, com a criação da CEQUIRCE, para avançarmos no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, como demonstrado pelo registro da Palmares, até a criação da Comissão Estadual de Quilombos Rurais do Ceará, tínhamos apenas 2 comunidades com certidões. O que não quer dizer, que as comunidades não existissem e passassem a existir pós-criação do movimento. “Na história da formação socioeconômica do estado já encontramos a referência à existência de populações quilombolas em 1600 [...]” (CUNHA JR, 2011, p. 105).

A partir disto, como parte deste estudo buscamos acompanhar a mobilização das comunidades quilombolas, em especial a realização do 17º ENCONTRO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ, de 06 a 08 de outubro de 2017, que aconteceu no Quilombo Sítio Veiga, no município de Quixadá, cujo a chamada principal foi “Caminhos para o quilombo: sujeitos de direitos, avanços e desafios. O encontro contou com a participação de 34 comunidades do Ceará.

Evidenciou-se, neste encontro uma grande preocupação girou em torno de consolidar a luta quilombola do estado, de forma a consolidar a identidade quilombola. Outro debate foi em torno da educação quilombola e da morosidade do Estado na implantação desta política pública garantida pela legislação federal. Em especial, o acesso ao ensino superior onde o acesso a Unilab foi evidenciado. Para tanto, demandou-se a organização do movimento de modo a reivindicar este espaço nesta universidade e em outras de nível federal e estadual com ação afirmativa específica para os quilombolas. Da mesma forma, a juventude quilombola trouxe como proposição a necessidade da criação de um coletivo de jovens dentro da Cerquice, de forma a discutir temas emergentes como gênero e diversidade, desembocando na realização de um encontro estadual que contribuam em ampliar esta participação.

Outro debate dentro do encontro foi o reforço de uma atuação política e organizativa das comunidades quilombolas, como um elemento fundamental para se fazer frente ao confronto contra os empreendimentos econômicos, que descaracterizam as comunidades tradicionais.

Como salienta Nascimento (2013, p.102) pode-se identificar dificuldades enfrentadas pelas Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará:

[...] são de diversas ordens, que vão desde a negação da identidade, entre as próprias famílias, falta de representação políticas nas estâncias governamentais municipal, estadual e federal, burocracia e morosidade nos processos de regularização fundiária, falta de vontade política dos estores/as públicos em desenvolver ações que assegure o direito dos quilombolas.

Com isso acarretando ineficiência operacional dos órgãos responsáveis para efetivação e fiscalização das políticas públicas voltadas para famílias quilombolas, e uma classe de operadores da justiça conservador, dificultando cumprir o que determina a Constituição Federal. Tudo isso irá desencadear na morosidade dos processos de regularização fundiária dos territórios de maioria negra ou afrodescendentes, no acesso as políticas públicas voltadas para as famílias quilombolas

Por outro lado, os processos organizativos das comunidades quilombolas cearenses é a estratégia fundamental para se fazer frente as dificuldades apontadas. Pois, é necessário fazer valer, em seus próprios termos, a regularização fundiária, que passa pelo processo de auto definição e a certificação da Fundação Palmares. A partir disto, pressionar o INCRA, órgão responsável pela titulação do território quilombola. Após isso, a realização do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação - RTID, que borda informações gerai sobre as comunidades. Passada essa etapa é realizado um inventário das benfeitorias existente em cada terra, para num futuro próximo, cada proprietário ser indenizado, a preço de mercado. O governo federal compra as terras, mesmo contra a vontade dos proprietários, e passando a Associação Quilombola para uso coletivo das famílias que se auto definem como quilombolas. A partir disto, se pode emitir a portaria de reconhecimento de território, que declara os limites definidos pelo RTID. Assim, se chegar ao processo mais complicado até este momento, o título de posse em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas de forma coletiva.

Verifica-se até este momento o grande desafio que se coloca as comunidades quilombolas locais, pois suas lutas ainda não estão presentes no processo educacional para seu reconhecimento e processo de garantia de suas dimensões cultural, social e histórico, mesmo existindo programas como da educação quilombola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo já aponta algumas ações dadas pela mobilização quilombola, uma delas se refere a um conjunto de professores(as), que buscam fazer com que a UNILAB esteja compromissada por um lado, com as legislações brasileiras educacionais de caráter obrigatório. De outro, por aportes legais que versam sobre as Finalidades da Educação e dos objetivos relativos à formação descolonizadora e não racista na formação de educadores/as, bem como, por acesso de quilombolas e indígenas para o curso de graduação em pedagogia, edital lançado no final de 2017.

Por fim, indica-se, também, nas comunidades quilombolas existentes a necessidade de um acompanhamento e registro de suas várias formas culturais, que mesclam elementos de base africana e afro-brasileira, na elaboração de materiais didáticos próprios, que contribuam em subsidiar o debate em torno da educação quilombola do estado do Ceará, para que estas comunidades tenham seus direitos respeitados.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. *Justiça ambiental e cidadania*. RJ: RelumeDumará: Fundação Ford, 2004.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM. (Orgs). *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. *Lei 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. DOU de 10/01/2003.

BRASIL, MEC/SECAD. *Orientações e ações para a Educação das relações étnicorraciais*. Brasília: Secad, 2006.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004.

_____. *Lei 12288/10. Estatuto de Igualdade racial*. Brasília; câmara dos Deputados, 2010.

CARTILHA. *Caminhos*. Mapeamento das comunidades negras quilombolas do Cariri cearense. Cariri: Cáritas/GRUNEC, 2011.

CALAÇA, Maria C.; DOMINGOS, Reginaldo; CUNHA JR., Henrique. Conceição dos Caetanos: cultura quilombola no interior cearense. In: CUNHA JUNIOR, H., SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CUNHA, Ana Stela (Org.). *Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a Educação Formal e a realidade quilombola no Brasil*. São Luís, SETAGRAF, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. *Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

CUNHA JUNIOR, H. SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DANTAS, Simone. Historiografar quilombos em regiões do Ceará. In: CUNHA JUNIOR, H. SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, Nilma L. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

LIMA, Ivan Costa. *História da educação do negro(a) no Brasil: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo*. Curitiba: Appris, 2017.

_____. *As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira*. 2009.(Tese)

MAIA, Joseane. *Herança quilombola maranhense: história e estórias*. SP: Paulinas, 2012.

MALCHER, Maria A. Farias. Formação e territorialização quilombola no estado do Pará. In: *Revista da ABPN* • v. 9, n. 23 • jul – out 2017, p.57-81

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) atualizada até a portaria nº 268/2017*, publicada no dou de 02/10/2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2017.

NASCIMENTO, João L. J. *Processos educativos: a luta das mulheres pescadores/as do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental*. Fortaleza: UFC: Faculdade de Educação, 2013. (Dissertação de mestrado)

PETIT, Sandra H.; SILVA, Geranilde C. (Org.). *Memórias do baobá*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SILVA, Geranilde, LIMA, Ivan, MEIJER, Rebeca Alcântara. *Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no ambiente escolar*. Redenção (CE): UNILAB, 2015.